

Governo tenta matar o pragmatismo

VINICIUS TORRES FREIRE

A reforma da Previdência deve chegar intacta até a discussão de seu conteúdo, que em tese começa em 7 de maio, em comissão da Câmara. Até as 20h32 desta terça-feira, havia progressos.

A tramitação da emenda não era até então prejudicada pelos escândalos intestinos do governismo, como o ataque do bolsonarismo puro contra Hamilton Mourão e, por tabela, a quem quer que pretenda desfazer a ideia de que o governo seja uma máquina de propaganda e combate feroz do “sistema” ou de “ideólogos”. Ou seja, contra qualquer dissidente ou recalcitrante que se meta no caminho da revolução moral-ideológica.

Apesar do desgaste extra que causa na imagem do Planalto, se isso ainda é possível, a turumbamba está limitada à cozinha do governismo — por ora.

Até a noite, não havia também notícia de nenhum surto novo de

incompetência, embora ainda restem três dias na semana.

O que houve?

Primeiro, Rodrigo Maia (DEM-RJ), presidente da Câmara, voltou a trabalhar intensamente pela reforma, que é também um projeto político seu e um acordo com a elite econômica.

Segundo, o governo promete um varejão de acordos, baseado em um plano de liberação de dinheiro extra para emendas ao Orçamento e de participação de deputados nas definições de convênios entre União e estados ou cidades. Em suma, o governo federal divide com os parlamentares a autoria das obras.

Terceiro, o governo deixou de bobagem excessiva e abriu mão de uns jabutis que vieram no pacote da reforma previdenciária. Como é óbvio para qualquer um que passou do jardim da infância parlamentar, o Congresso sempre mexe em projetos, a cada estágio de

tramitação, nem que seja “para constar”, para não parecer paumandado do Executivo.

Estavam lá jabutis pesados, como a possibilidade de alterar, na prática, a composição do Supremo, um golpe branco, e a proibição de iniciativa do Congresso em matéria de lei previdenciária. Era o governo botando asinhas de fora. Nada a ver com o problema da Previdência.

A coisa parecia progredir mesmo apesar do desgaste vexaminoso e desnecessário do segredo sobre as contas da mudança das regras previdenciárias.

O governo proibiu a divulgação dos detalhes da estimativa de economia com a reforma.

Além de autoritária, a tolice é contraproducente e atraiu para o governo a suspeita de que estaria mentindo.

Mas o Ministério da Economia





não parece estar fraudando informação ou chutando, a julgar por outras estimativas, baseadas em modelos públicos, oficiais, de projeção de despesas previdenciárias, nos modelos e projeções da reforma Michel Temer (também públicos) e em contas da Instituição Fiscal Independente a respeito dos benefícios para idosos muito pobres (BPC) e para o abono salarial.

As diferenças de estimativa sobre a poupança final da reforma são mínimas, considerada a grande probabilidade de variação das premissas dos cálculos.

Embora o governo devesse abrir os dados para o debate, há informação relevante ainda mais misteriosa.

Por exemplo, qual o impacto da reforma nas contas de estados e municípios (se sobrar mudança na Previdência de servidores e dos governos regionais)?

Sem reforma grande, haverá em breve desastres em serviços essenciais, escola, saúde e polícia, prestados basicamente pelos governos regionais.

Enfim, até 20h32 de terça-feira, diminuía o risco de morte precoce da reforma, apesar de o governo cometer tentativas de homicídio.